



Ministério Público do Estado da Paraíba  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto

## PROVA ESCRITA

2ª PARTE: Questões Subjetivas  
- 11 de dezembro de 2011 -

C  
A  
D  
E  
R  
N  
O  
  
D  
E  
  
Q  
U  
E  
S  
T  
Õ  
E  
S

### Instruções Gerais

- **O candidato receberá do fiscal de sala:**
  - ✓ Um **Caderno de Questões**, que contém 07 (sete) folhas, sendo 02 (duas) dedicadas aos enunciados das Questões e 05 (cinco) folhas para rascunho.
  - ✓ Um **Caderno de Respostas**, contendo 10 (dez) folhas pautadas, cada uma com duas páginas e 60 (sessenta) linhas numeradas, devendo o candidato conferir os seus dados de identificação pessoal e assinar no espaço próprio.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, nos **Cadernos de Questões e de Respostas**, se a paginação e a numeração das linhas estão corretas.
- O **Caderno de Respostas** não será substituído por erro de preenchimento do candidato e somente deverá ser assinado na parte destinada à identificação, não podendo conter, em outro local, assinatura, rubrica, nem qualquer palavra ou marca que o identifique.
- Nesta Prova, é permitida a consulta a leis e códigos editados por editoras especializadas, desde que não comentados ou anotados, sendo vedados, além de apontamentos estranhos às suas versões originais, a consulta, nessas fontes, às partes que contenham súmulas, exposição de motivos, transcrições e orientações jurisprudenciais. Tampouco é permitida a utilização de material impresso, ressalvados os textos da LOEMP-PB e LOJE-PB. Todo o material de consulta será submetido à verificação por parte dos fiscais de sala.
- **Ficam vedadas as rasuras** e a utilização de **corretivos**, devendo, em caso de erro, utilizar-se de expressões retóricas (por exemplo, "..., digo,..."; "..., melhor dizendo,...").
- Durante a realização da Prova, não poderá o candidato destacar qualquer das partes dos **Cadernos de Questões e de Respostas**.
- Não serão fornecidas folhas extras para rascunho.
- Na avaliação desta Prova, não será considerada a parte da resposta formulada pelo candidato que ultrapasse os limites das linhas disponíveis.
- Deve o candidato escrever de forma legível, sob pena de não ser considerada, na avaliação, a resposta ou parte da resposta.
- Os **03 (três) últimos Candidatos** de cada sala só poderão ser liberados conjuntamente.
- Somente **após 60 (sessenta) minutos do início da prova**, o candidato poderá entregar o **Caderno de Respostas**, devidamente assinado, e retirar-se da sala.
- Você dispõe de **04 (quatro) horas** para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas controle o seu tempo.

BOA SORTE!





## DIREITO CONSTITUCIONAL

### Questão nº 01:

Suponha que a Câmara de Vereadores de certo Município aprovou, por unanimidade, um projeto de conversão em lei de medida provisória editada pelo Prefeito Municipal, consoante previsão da respectiva Lei Orgânica e da Constituição estadual. A Medida Provisória, que fora editada bem no início do exercício do mandato do Prefeito, fixou, em patamar cinco vezes superior ao até então vigente, as remunerações do próprio Chefe do Poder Executivo, do Vice-prefeito e dos Secretários municipais. Após a entrada em vigor da Lei aprovada pela Câmara de Vereadores, o Ministério Público, tendo apurado os fatos, ingressou, perante o Juízo da Comarca, com Ação Civil Pública visando à tutela do patrimônio público e à responsabilização por improbidade administrativa. Em meio a outras causas de pedir, utilizando-se de parâmetro normativo constante da Constituição Federal, arguiu-se a inconstitucionalidade formal da Lei Municipal em questão. **Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, responda fundamentadamente: A) Na hipótese descrita, é cabível a arguição de inconstitucionalidade por meio da ação civil pública? B) A Lei Municipal em questão é compatível com a Constituição Federal? (1,0 ponto)**

### Questão nº 02:

Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, responda: **Em Ação Direta de Inconstitucionalidade, pode haver interesse processual em se pedir a declaração de inconstitucionalidade de lei já revogada? Fundamente. (1,0 ponto)**

## DIREITO PENAL

### Questão nº 03:

Suponha que, entre os meses de setembro de 1996 e dezembro de 2010, a Sr<sup>a</sup> Albanize Gomes recebeu indevidamente da Previdência do Estado da Paraíba o valor que, atualizado monetariamente, importa em R\$ 141.500,25 (cento e quarenta e um mil, quinhentos reais e vinte e cinco centavos). Consta que Justino Martins, em conluio com a dita senhora, falsificando escritura pública de reconhecimento de união estável, deu causa, em agosto de 1996, à inserção fraudulenta de dados no sistema do órgão previdenciário, do que resultou fosse ela beneficiada com o recebimento de pensão por morte deixada pelo falecido servidor público estadual Sr. Olegário Nascimento. No início do ano de 2011, a fraude foi descoberta, e os pagamentos, suspensos. **Considerando a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, formule fundamentadamente a *opinio delicti*, dispensada a elaboração da peça processual correspondente. (1,0 ponto)**



**Questão nº 04:**

Suponha que, no dia 12 de julho de 2008, por volta das 15 horas, Antônio Inocêncio, com a idade de 68 anos, foi preso em flagrante delito, por ter, juntamente com A. G. D., de apenas 14 anos, sido surpreendido ao sair do Supermercado O Feirão, portando o adolescente, dentro de sua mochila escolar, uma garrafa de aguardente, três sabonetes, duas barras de chocolate e um pacote de salgado, todos produtos pertencentes ao estabelecimento e avaliados em R\$ 22,00 (vinte e dois reais). Informa o inquérito policial que, durante toda a ação, as câmeras de vigilância do estabelecimento monitoraram os movimentos dos indivíduos agindo em conjunto, e, quando os dois tentaram passar pela porta de saída do supermercado, sem terem efetuado o pagamento pelos produtos referidos, foram contidos pelos seguranças. Comunica, ainda, a peça policial que o indiciado Antônio Inocêncio já fora processado e condenado por crime contra o patrimônio, bem como o adolescente já incorrera na prática de atos infracionais com a aplicação de medida socioeducativa. **Em atenção ao entendimento dominante do STF, responda fundamentadamente: A) Pode-se falar em crime(s) impossível(is)? B) Pode-se falar em aplicação do princípio da insignificância? C) Sendo as respostas às perguntas anteriores negativas, qual(is) o(s) crime(s) cometido(s)?** *(1,0 ponto)*

**DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Questão nº 05:**

**Poderá um funcionário público propor ação penal privada contra outro servidor, acusando-o, por meio da imprensa, de crime contra a honra praticado em razão do exercício das funções por aquele desempenhadas, antes de decorridos seis meses do fato, caso já tenha representado ao Ministério Público, estando, ainda em curso, o prazo para oferecimento de denúncia? Responda fundamentadamente à luz do entendimento jurisprudencial dominante.** *(1,0 ponto)*

**DIREITO CIVIL**

**Questão nº 06:**

**Discorra acerca das teorias que tratam da atribuição ou não de personalidade civil ao nascituro.** *(1,0 ponto)*

**Questão nº 07:**

Suponha que Consuelo e Walter, após alguns anos de namoro, resolveram casar-se, pactuando, como regime de bens, a comunhão universal. Celebrado o casamento religioso com efeito civil, o casal viajou em lua de mel, deixando de apresentar os documentos no ofício de casamentos para a respectiva anotação. Acreditando estarem casados e considerando suficiente a certidão eclesiástica, assim se apresentavam socialmente. Passados oito anos, ao falecer o pai de Consuelo, no ensejo da abertura do inventário, constatou-se que não fora efetuado o registro civil do casamento. **Responda**



**fundamentadamente: A) Mantida a situação jurídica descrita, qual o direito de Walter na sucessão aberta com a morte do pai de Consuelo? B) Consuelo e Walter estão legalmente casados? C) Em caso negativo, como devem proceder para regularizar o casamento e qual o reflexo de tal regularização na sucessão em questão? (1,0 ponto)**

### **DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **Questão nº 08:**

Suponha que, em ação de investigação de paternidade proposta por menor impúbere (representado por sua genitora), decretada a revelia do investigado, foi proferida, em sede de julgamento antecipado do mérito, decisão de procedência do pedido, sem, contudo, prova técnica da paternidade ou elemento de convicção capaz de gerar presunção da paternidade invocada. **Responda, fundamentadamente: A) Agiu corretamente o magistrado? B) Poderá o Ministério Público, atuando como *custos legis*, contrariar a posição defendida, no processo, pelo menor e promover recurso apelatório? (1,0 ponto)**

### **DIREITOS DIFUSOS, COLETIVOS E INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS**

#### **Questão nº09:**

**Pode-se exigir o pagamento por uso de recurso ambiental ou a reparação por dano ao meio ambiente, independentemente de cometimento de infração? Explique fundamentadamente. (1,0 ponto)**

#### **Questão nº 10:**

**Podem os efeitos de uma tutela jurisdicional coletiva de iniciativa de uma associação ser aproveitados por não associados? Discorra a respeito, abordando as várias modalidades de interesses tuteláveis. (1,0 ponto)**





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA  
XIV Concurso Público para Promotor de Justiça Substituto  
PROVA ESCRITA - Questões Subjetivas

R  
A  
S  
C  
U  
N  
H  
O